

Indignado, o Grupo Direito e Políticas Públicas, da Faculdade de Direito da USP, repudia os ataques feitos a Clara Mota dos Santos Pimenta, sua pesquisadora, em um restaurante em Cuiabá, Mato Grosso. Clara, na presença de suas duas filhas, foi verbalmente agredida de modo preconceituoso e xenofóbico. O homem que as agrediu, alto executivo de uma empresa multinacional, atribuiu a Clara (e aos nordestinos e nordestinas de modo geral), o resultado (que o desagradou) da eleição presidencial recente. Além disso, o agressor referiu-se de forma ofensiva e injuriosa àqueles que trata como inimigos políticos.

Irônica e tristemente, as agressões foram feitas a alguém que, além de competente pesquisadora no campo do direito e das políticas públicas, também é uma dedicada e altamente produtiva juíza, com atuação reconhecida e impecável no STF e no TSE, inclusive na eleição recente. Vale dizer: a alguém que se dedicou de forma abnegada ao extenuante trabalho de organizar e preservar uma eleição livre, limpa e transparente.

Para além das agressões desferidas à pesquisadora Clara Pimenta, repudiamos ainda a violência política e o ódio intolerante manifestado por aqueles que, desafiando a democracia e o Estado de Direito, enxovalham as eleições deste ano de 2022.

Fazendo coro à Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), associação a que pertence Clara Pimenta, manifestamos nossa confiança nas urnas eletrônicas e na lisura do processo eleitoral conduzido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Atos golpistas criminosos dirigidos à democracia, ao Estado de Direito e a cidadãs como ela e suas filhas – sejam eles praticados por motoristas de caminhão, sejam eles perpetrados por empresários de uma elite descompromissada com a democracia – devem ser investigados e, sendo o caso, punidos de modo exemplar.

São Paulo, 8 de novembro de 2022

Grupo Direito e Políticas Públicas

Faculdade de Direito da USP

<https://politicaspUBLICAS.direito.usp.br/>